

Ademilar Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29 - Curitiba - PR

Demonstrações Financeiras do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019

Ativo	Em Milhares de Reais		Passivo e Patrimônio Líquido		
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	
Circulante	19.266	8.631	Circulante	7.948	6.261
Disponibilidades	81	98	Outras Obrigações	7.948	6.261
Títulos e Valores Mobiliários	16.736	6.311	Fiscais e Previdenciárias	2.212	1.315
Carteira Própria	16.736	6.311	Diversas	5.736	4.946
Outros Créditos	2.449	2.222	Exigível a Longo Prazo	4.862	4.171
Rendas a Receber Diversos	500	401	Outras Obrigações	4.862	4.171
	1.949	1.821	Fiscais e Previdenciárias	1	84
Realizável a Longo Prazo	6.694	5.394	Diversos	4.861	4.087
Outros Créditos	6.694	5.394	Patrimônio Líquido	20.116	13.484
Valores Específicos Diversos	4.794	3.547	Capital		
	1.900	1.847	De Domiciliados no País	7.000	2.407
Permanente	6.966	9.891	Aumento de Capital	0	4.593
Investimentos	5.664	4.656	Reserva de Reavaliação	0	264
Outros Investimentos	5.664	4.656	Reserva Legal	1.275	481
Imobilizado de Uso	1.302	5.235	Lucros ou Prejuízos Acumulados	11.841	5.739
Imóveis de Uso	0	2.367	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	32.926	23.916
Imóveis de Uso - Reavaliação	0	660			
Outras Imobilizações de Uso	2.659	4.450			
(-) Depreciações Acumuladas	(1.357)	(2.242)			
Total do Ativo	32.926	23.916			

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios em 31 de Dezembro 2019 e 2018

Ativo	Em Milhares de Reais		Passivo		
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018	
Ativo Circulante	874.153	732.175	Ativo Circulante	874.153	732.175
Disponível	487	4.663	Passivo Circulante	874.153	732.175
Depósitos Bancários	487	4.663	Outras Obrigações	874.153	732.175
Depósitos Bancários	487	4.663	Obrigações Diversas	874.153	732.175
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	209.342	183.966	Obrigações com Consorciados	488.446	412.288
Outras Aplicações Financeiras	209.342	183.966	Valores a Repassar	19.068	16.301
	209.342	183.966	Obrigações por Contemplações	200.293	161.717
Outros Créditos	664.324	543.546	a Entregar	143.436	122.691
Valores Específicos	664.324	543.546	Recursos a Devolver a	22.910	19.178
Bens Retomados ou Devolvidos	4.122	4.083	Consorciados	12.519.510	9.877.597
Direitos Junto a Consorciados	660.202	539.463	Recursos do Grupo	12.519.510	9.877.597
Contemplados	660.202	539.463	Compensação	36.371	20.209
Compensação	12.519.510	9.877.597	Consórcio	6.329.942	4.996.448
Consórcio	12.519.510	9.877.597	Recursos Mensais a Receber de	6.153.197	4.860.940
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	36.371	20.209	Contribuições		
Contribuições Devidas ao Grupo	6.329.942	4.996.448	Bens ou Serviços a Contemplar		
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	6.153.197	4.860.940	- Valor		
Total Geral do Ativo	13.393.663	10.609.772	Total Geral do Passivo	13.393.663	10.609.772

Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019 e Exercício de 2018 e Valores Acumulados Até 31 de Dezembro de 2019

	Em Milhares de Reais			Valor Acumulado
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018	
Disponibilidades no Início do Período	204.649	188.629	165.294	
Depósitos Bancários	336	4.663	2.882	
Aplicações Financeiras do Grupo	13.170	22.249	20.714	
Aplicações financeiras Vinculadas a Contemplações	191.143	161.717	141.698	
(+) Recursos Coletados	324.245	611.350	490.492	2.455.517
Contribuições para Aquisição de Bens	231.056	437.010	347.966	1.731.148
Taxa de Administração	83.790	155.478	123.873	633.500
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.317	8.955	8.642	57.265
Multas e Juros Moratórios	491	902	1.148	3.307
Prêmios de Seguros	2.919	5.814	5.737	29.334
Custas Judiciais	283	466	402	963
Outros	1.389	2.725	2.724	0
(-) Recursos Utilizados	319.065	590.150	467.157	2.245.688
Aquisição de Bens	227.383	419.269	329.255	1.575.620
Taxa de Administração	84.002	155.860	124.024	633.000
Multas e Juros Moratórios	245	455	573	1.652
Prêmios de Seguros	2.917	5.810	5.735	28.847
Custas Judiciais	284	467	401	963
Devolução a Consorciados Desligados	729	1.358	995	5.435
Outros	3.505	6.931	6.174	171
Disponibilidades no Fim do Período	209.829	209.829	188.629	209.829
Depósitos Bancários	487	487	4.663	487
Aplicações Financeiras do Grupo	9.049	9.049	22.249	9.049
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	200.293	200.293	161.717	200.293

Demonstração do Resultado do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019 e Exercício de 2018

	Em Milhares de Reais		
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Receitas da Intermediação Financeira	312	540	357
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	312	540	357
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	312	540	357
Outras Despesas/Receitas Operacionais	22.107	39.667	23.292
Receitas de Prestação de Serviços	84.973	157.676	125.035
Despesas de Pessoal	(3.293)	(6.391)	(4.849)
Outras Despesas Administrativas	(54.408)	(99.426)	(85.749)
Despesas Tributárias	(5.476)	(12.747)	(11.880)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	311	555	735
Resultado Operacional	22.419	40.207	23.649
Resultado Não Operacional	(20)	(88)	233
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações	22.399	40.119	23.882
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	(7.305)	(13.324)	(8.005)
Lucro Líquido do Período	15.094	26.795	15.877
Lucro por Lote de Mil Ações	2,156	3,828	6,596

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro (Método Indireto)

	Em Milhares de Reais		
	2º Semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do IR e CS	22.399	40.119	23.882
Ajustes por:			
Depreciação	120	422	548
Alienação do Imobilizado	4.534	5.366	1.620
Ajuste nas Provisões do IRPJ e CSLL sobre a Reserva de Reavaliação	2	5	6
Baixa Provisão Impostos Diferidos Sobre Reserva Reavaliação	78	78	0
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado	27.133	45.991	26.056
IR e CS Correntes Pagos	(7.305)	(13.324)	(8.005)
(Aumento)/Diminuição dos Ativos			
Rendas a Receber	(71)	(99)	(130)
Devedores Diversos - País	(1.346)	(162)	(1.186)
Adiantamentos e Antecipações Salariais	89	(19)	54
Impostos a Recuperar	0	0	24
Depósitos para Garantias	0	0	95
Recursos Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial	(580)	(1.247)	(1.394)
Aumento/(Diminuição) dos Passivos			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(314)	814	396
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(422)	9	110
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	(217)	215	1.272
Cretores Diversos - País	77	80	(49)
Provisão para Passivos Contingentes	13	13	(69)
Obrigações Recursos de Consorciados - Cobrança Judicial	590	1.247	1.394
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	17.647	33.517	18.568
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Imobilizado	(451)	(1.016)	(2.259)
Aquisições de Investimento	(1.521)	(1.847)	(2.281)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(1.972)	(2.863)	(4.540)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Distribuição de Dividendos	(14.253)	(20.246)	(13.694)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(14.253)	(20.246)	(13.694)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.422	10.408	334
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	15.395	6.409	6.075
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	16.817	16.817	6.409

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

Eventos	Em Milhares de Reais					
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2018	2.407	0	284	481	8.123	11.295
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	15.877	15.877
2 - Aumento de Capital	0	4.593	0	0	(4.593)	0
3 - Destinações Propostas:						
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	(13.694)	(13.694)
Realização da Reserva	0	0	(26)	0	26	0
Ajuste na Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação	0	0	6	0	0	6
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2018	2.407	4.593	264	481	5.739	13.484
1 - Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	26.795	26.795
2 - Aumento de Capital	0	4.593	0	0	0	0
3 - Destinações Propostas:						
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	(20.246)	(20.246)
Realização da Reserva	0	0	(15)	0	15	0
Ajuste na Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação	0	0	5	0	(5)	0
Baixa Provisão de Impostos s/Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	83	83
Baixa Reserva de reavaliação	0	0	(254)	0	254	0
Reserva legal	0	0	0	794	(794)	0
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2019	7.000	0	0	1.275	11.841	20.116

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da **Ademilar Administradora de Consórcios S.A.** Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Ademilar Administradora de Consórcios S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios correspondentes ao semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademilar Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2020.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
REGINALDO BESCOROVAINE
CONTADOR CRC-PR Nº 45.212/O-5

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019 (Valores em R\$ Mil)

Nota 1. Informações Gerais

A Companhia tem por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis residenciais, imóveis não residenciais, imóveis comerciais e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/dez/71.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 07/fev./20.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras da Administradora e Consolidação dos Grupos de Consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações.

Em 28/dez./07 foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e, em 27/maio/09, a Lei nº 11.941/09, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Embora as referidas Leis já tenham entrado em vigor, somente algumas alterações que foram introduzidas. Sendo que as demais dependem de normatização por parte do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por ele reguladas.